

**COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO OESTE MINEIRO LTDA –
SICOOB CREDICOPA**

CNPJ/MF 71.297.899/0001-02
Autorização para funcionamento: BACEN Z9981343

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos à apreciação de V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31/12/20 da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Oeste Mineiro Ltda. – SICOOB CREDICOPA, na forma da Legislação em vigor.

1. Política Operacional

Em 2020 o SICOOB Credicopa completou 27 anos mantendo sua vocação de instituição voltada para fomentar o crédito para seu público alvo, os cooperados. A atuação junto aos seus cooperados se dá principalmente através da concessão de empréstimos e captação de depósitos.

2. Avaliação de Resultados

No exercício de 2020, o SICOOB Credicopa obteve um resultado de R\$ 14.597 mil representando um retorno sobre o Patrimônio Líquido de 11,75%.

3. Ativos

Os recursos depositados na Centralização Financeira somaram R\$ 216.203 mil. Por sua vez a carteira de créditos representava R\$ 397.543 mil.

A carteira de crédito encontrava-se assim distribuída:

Carteira Rural	R\$ 50.204 mil	12,63%
Carteira Comercial	R\$ 347.339 mil	87,37%

Os Vinte Maiores Devedores representavam na data-base de 31/12/20 o percentual de 28,14% da carteira, no montante de R\$ 111.803 Mil.

4. Captação

As captações, no total de R\$ 450.913 Mil, apresentaram uma evolução em relação ao mesmo período do exercício anterior de 55,68%.

As captações encontravam-se assim distribuídas:

Depósitos à Vista	R\$ 170.785 mil	37,88%
Depósitos a Prazo	R\$ 280.129 mil	62,12%

Os Vinte Maiores Depositantes representavam na data-base de 31/12/20 o percentual de 21,82% da captação, no montante de R\$ 98.705 mil.

5. Patrimônio de Referência

O Patrimônio de Referência do SICOOB Credicopa era de R\$117.056 mil. O quadro de associados era composto por 12.721 cooperados, havendo um acréscimo de 6,34% em relação ao mesmo período do exercício anterior.

6. Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados e cumpridos, cercado ainda a Singular de todas as consultas cadastrais e com análise do Associado através do “RATING” (avaliação por pontos), buscando assim garantir ao máximo a liquidez das operações.

O SICOOB Credicopa adota a política de classificação de crédito de sua carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas na Resolução CMN nº 2.682/99.

7. Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos associados definir e assegurar a execução dos objetivos da cooperativa, garantindo a sua continuidade, os princípios cooperativistas ou, simplesmente, a adoção de boas práticas de gestão.

Nesse sentido, a administração da Cooperativa tem na assembleia geral, que é a reunião de todos os associados, o poder maior de decisão.

A gestão da Cooperativa está alicerçada em papéis definidos, com clara separação de funções. Cabem ao Conselho de Administração as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A Cooperativa possui ainda um Agente de Controles Internos, supervisionado pelo SICOOB Central Cecremge.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditor externo, que emite relatórios, levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe a competência de fiscalizar a Cooperativa.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa adota ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito, a Cooperativa adota o Manual de Crédito, aprovado, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação e homologado pela Central.

Além do Estatuto Social, são adotados regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regimento Interno, o Regimento do Conselho de Administração, o Regimento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral.

A Cooperativa adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de cargos e salários que contempla a remuneração adequada, a separação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

8. Conselho Fiscal

Eleito a cada dois anos na AGO, com mandato até a AGO de 2021, o Conselho Fiscal tem função complementar à do Conselho de Administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática os atos da administração da Cooperativa, bem como validar seus balancetes mensais e seu balanço patrimonial anual.

9. Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do SICOOB Credicopa aderiram, em 2009, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

10. Sistema de Ouvidoria

A Ouvidoria, constituída em 2007 representou um importante avanço a serviço dos cooperados, dispõe de diretor responsável pela área e de um Ouvidor. Atende às manifestações recebidas por meio do Sistema de Ouvidoria do SICOOB, composto por sistema tecnológico específico, atendimento via DDG 0800 e sítio na internet integrado com o sistema informatizado de ouvidoria tendo a atribuição de assegurar o cumprimento das normas relacionadas aos direitos dos usuários de nossos produtos, além de atuar como canal de comunicação com os nossos associados e integrantes das comunidades onde estamos presentes.

No exercício de 2020, a Ouvidoria do SICOOB Credicopa registrou 23 manifestações de cooperados sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos pela Cooperativa. Dentre elas, havia reclamações, pedidos de esclarecimento de dúvidas e solicitações de providências relacionadas principalmente a atendimento, conta corrente, cartão de crédito e operações de crédito.

Das 22 reclamações, 10 foram consideradas procedentes e resolvidas dentro dos prazos legais, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente. Houve também 1 dúvida, esclarecida dentro do prazo previsto.

11. Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito - FGCoop

De acordo com seu estatuto, o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito- FGCoop tem por objeto prestar garantia de créditos nos casos de decretação de intervenção ou de liquidação extrajudicial de instituição associada, até o limite de R\$ 250 mil por associado, bem como contratar operações de assistência, de suporte financeiro e de liquidez com essas instituições. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou resolução que estabelece a forma de contribuição das instituições associadas ao Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), ratifica também seu estatuto e regulamento. Conforme previsto na Resolução CMN nº 4.150/12, esse fundo possui como instituições associadas todas as cooperativas singulares de crédito do Brasil e os bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC).

Conforme previsto no artigo 2º da Resolução CMN nº 4.284/13, a contribuição mensal ordinária das instituições associadas ao Fundo é de 0,0125%, dos saldos das obrigações garantidas, que abrangem as mesmas modalidades protegidas pelo Fundo Garantidor de Créditos dos bancos, o FGC, ou seja, os depósitos à vista e a prazo, as letras de crédito do agronegócio, entre outros.

As contribuições ao FGCoop pelas instituições a ele associadas tiveram início a partir do mês de março de 2014 e recolhidas no prazo estabelecido no § 4º do art. 3º da Circular Bacen nº 3.700/14.

Ainda nos termos de seu estatuto, a governança do Fundo será exercida pela Assembleia Geral, pelo Conselho de Administração e pela Diretoria Executiva, e está estruturada de modo a permitir a efetiva representatividade das associadas, sejam elas cooperativas independentes ou filiadas a sistemas cooperativistas de crédito, sendo o direito de voto proporcional às respectivas contribuições ordinárias.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos associados pela preferência e confiança e aos funcionários e colaboradores pela dedicação.

Patos de Minas/MG, 01 de fevereiro de 2021.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DEZEMBRO DE 2020 E 2019
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

ATIVO	Notas	31/12/2020	31/12/2019	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2020	31/12/2019
Circulante		396.084	307.080	Passivo Circulante	511.056	330.288
Caixa e Equivalente de Caixa	4	219.664	148.242	Depósitos	10	450.913
Disponibilidades		3.461	3.620	Depósitos à Vista		170.785
Centralização Financeira		216.203	144.621	Depósitos a Prazo		280.129
Operações de Crédito	5	168.143	150.612	Relações Interfinanceiras	11	30.681
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		133.981	123.787	Repasse Interfinanceiros		30.681
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		-6.413	-6.142	Relações Interdependências	12	4.822
Financiamentos		5.142	3.799	Recursos em Trânsito de Terceiros		4.822
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		-262	-113	Obrigações Por Empréstimos e Repasses		14.770
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		38.237	29.695	Obrigações Por Repasses	11	14.770
(-) Provisão para Operações de Financiamentos Rurais e Agroindustriais		-2.542	-413	Outras Obrigações	13	9.870
Outros Créditos	6	675	990	Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		9
Créditos por Avais e Fianças Honrados		50	143	Sociais e Estatutárias		4.481
Rendas a Receber		553	750	Obrigações Fiscais Correntes e Diferidas		925
Diversos		119	206	Diversas		4.455
(-) Provisões para Outros Créditos		-47	-109	Passivo Não Circulante		8.254
Outros Valores e Bens	7	7.602	7.237	Relações Interfinanceiras	11	3.936
Outros Valores e Bens		7.386	7.026	Repasse Interfinanceiros		3.936
Despesas Antecipadas		216	211	Outras Obrigações	13	4.318
Não Circulante		247.438	137.588	Provisões Trabalhistas, Fiscais e Cíveis		943
Realizável a Longo Prazo		215.740	110.271	Diversas		3.375
Operações de Crédito	5	214.780	109.336	Patrimônio Líquido	15	124.212
Empréstimos e Direitos Creditórios Descontados		204.989	110.151	Capital Social		62.039
(-) Provisão para Operações de Empréstimos e Direitos Creditórios		-5.200	-7.159	De Domiciliados no País		62.171
Financiamentos		5.800	5.509	(Capital a Realizar)		-131
(-) Provisão para Operações de Financiamentos		-172	-130	Reserva de Sobras		55.094
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		9.395	968	Sobras ou Perdas Acumuladas		7.079
(-) Provisão para Operações de Financiamentos Rurais e Agroindustriais		-31	-3			
Outros Créditos	6	960	935			
Devedores por depósito em garantia		976	966			
(-) Provisões para Outros Créditos		-16	-31			
Permanente		31.698	27.316			
Investimentos	8	12.007	10.609			
Investimentos		12.007	10.609			
Imobilizado	9	19.636	16.646			
Imobilizado em Uso		22.570	18.499			
(-) Depreciações Acumuladas do Imobilizado		-2.934	-1.853			
Intangível		56	61			
Intangível		405	478			
(-) Amortizações Acumuladas do Intangível		-350	-417			
TOTAL DO ATIVO		643.522	444.668	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		643.522
						444.668

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DE SOBRAS OU PERDAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

DSP	Notas	2o Sem. 2020	2o Sem. 2019	31/12/2020	31/12/2019
Ingressos/Receitas da Intermediação Financeira		18.071	22.902	38.538	46.489
Operações de Crédito	17	16.011	17.941	33.983	36.489
Resultado das Aplicações Compulsórias					-
Ingressos de Depósitos Interooperativos		2.060	4.961	4.555	10.000
Dispêndios/Despesas da Intermediação Financeira		-4.165	-7.811	-10.796	-19.520
Operações de Captação no Mercado	18	-2.827	-5.593	-6.665	-10.977
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses		-864	-707	-1.925	-1.248
Dispêndios de Depósitos Interooperativos					-
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa		-474	-1.512	-2.205	-7.295
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		13.906	15.091	27.742	26.969
Outras Receitas/Despesas e Ingressos/Dispêndios Operacionais		-4.393	-7.629	-12.183	-13.242
Ingressos/Receitas de Prestação de Serviços	19	3.087	2.641	6.018	4.893
Ingressos/Rendas de Tarifas Bancárias	20	2.531	1.520	3.915	2.893
Dispêndios/Despesas de Pessoal	21	-5.813	-5.347	-11.448	-10.594
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas	22	-5.383	-4.843	-10.830	-9.709
Dispêndios/Despesas Tributárias		-457	-397	-869	-798
Outras Receitas (Ingressos) Operacionais	23	2.424	1.383	4.071	3.232
Outras Dispêndios/Despesas Operacionais	24	-65	-397	-152	-783
Dispêndios/Despesas de Provisão para Passivos Contingentes		-397	-363	-776	-363
Dispêndios/Despesas de Provisão para Garantias prestadas		-321	-1.827	-2.112	-2.013
Resultado Operacional		9.513	7.461	15.559	13.727
Outras Receitas e Despesas	25	10	-277	352	-191
Lucros em Transações com Valores e Bens		6	64	6	145
Outras Receitas		12	3	355	9
Dispêndios/Despesas (Reversões) de Provisões Não Operacionais			-340		-340
Outras Despesas		-7	-4	-9	-5
Resultado Antes da Tributação e Participação		9.523	7.184	15.911	13.536
Imposto de Renda e Contribuição Social		-510	-463	-1.046	-957
Imposto de renda Sobre Atos Não Cooperados		-313	-270	-627	-658
Contribuição Social Sobre Atos Não Cooperados		-196	-192	-419	-398
Participações nos Resultados de Empregados		-265	-357	-267	-359
Sobras/Perdas Antes das Destinações		8.748	6.364	14.597	12.220
Destinações Legais e Estatutárias				-10.948	-7.943
FATES - Fundo de Assi. Técnica, Edu. e Soc.				-730	-611
Fundo de Reserva				-10.218	-7.332
Resultado Antes dos Juros ao Capital		8.748	6.364	3.649	4.277
Juros ao Capital					
Sobras/Perdas Após as Destinações Legais e Estatutárias		8.748	6.364	3.649	4.277

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Eventos	Notas	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
		Capital Subscrito	Capital a Realizar	Fundo de Reserva	Expansão		
Saldo em 31/12/2018		56.444	-23	26.976	4.673	10.649	98.719
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas					5.000	-5.000	
Ao Capital		5.561				-5.561	
Cotas de Capital à Pagar - Ex associados						-88	-88
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		4.987	10				4.997
Por Devolução (-)		-4.317					-4.317
Reversões de Reservas							
					-4.531	4.531	
Sobras ou Perdas Líquidas							
						12.220	12.220
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva				7.332		-7.332	
F A T E S						-611	-611
Saldo em 31/12/2019		62.676	-13	34.308	5.141	8.808	110.920
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas				3.808	5.000	-8.808	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		4.102	-118				3.985
Por Devolução (-)		-4.608					-4.608
Reversões de Reservas							
					-3.382	3.382	
Sobras ou Perdas Líquidas							
						14.597	14.597
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva				10.218		-10.218	
F A T E S						-730	-730
Saldo em 31/12/2020		62.171	-131	48.335	6.759	7.079	124.212
Saldo em 30/06/2019		62.844	-22	26.976	7.003	8.526	105.327
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.161	9				2.169
Por Devolução (-)		-2.329					-2.329
Reversões de Reservas							
					-1.862	1.862	
Sobras ou Perdas Líquidas							
						6.364	6.364
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva				7.332		-7.332	
F A T E S						-611	-611
Saldo em 31/12/2019		62.676	-13	34.308	5.141	8.808	110.920
Saldo em 30/06/2020		62.551	-12	34.308	3.095	16.704	116.646
Ajustes de Exercícios Anteriores							
Destinações de Sobras Exercício Anterior:							
Constituição de Reservas				3.808	5.000	-8.808	
Movimentação de Capital:							
Por Subscrição/Realização		2.354	-119				2.235
Por Devolução (-)		-2.734					-2.734
Reversões de Reservas							
					-1.335	1.335	
Sobras ou Perdas Líquidas							
						8.748	8.748
Destinação das Sobras aos fundos obrigatórios:							
Fundo de Reserva				10.218		-10.218	
F A T E S						-730	-730
Saldo em 31/12/2020		62.171	-131	48.335	6.759	7.079	124.212

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

DESCRIÇÃO	Notas	2o Sem. 2020	2o Sem. 2019	31/12/2020	31/12/2019
Atividades Operacionais					
Sobras/Perdas Líquidas Antes das Destinações		8.748	6.364	14.597	12.220
Ajuste de Exercícios Anteriores		47		47	
Distribuição de Sobras a Receber				-177	-266
Resultado de Equivalência Patrimonial					
Provisão para Operações de Crédito		474	1.512	2.205	7.295
Provisão de Juros ao Capital					
Provisões (Reversão) Não Operacionais			340		340
Perdas Por Redução Ao Valor Recuperável de Ativos de Uso					
Provisões (Reversão) para Garantias Prestadas		321	1.827	2.112	2.013
Despesa (Reversão) com provisões cíveis, trabalhistas e fiscais		397	363	776	363
Atualização de depósitos em garantia		-3	-10	-9	-20
Depreciações e Amortizações		697	271	1.234	528
		10.680	10.666	20.785	22.472
Aumento (Redução) em ativos operacionais					
Operações de Crédito		-82.961	-77.747	-125.180	-93.499
Outros Créditos		-13	271	477	826
Outros Valores e Bens		2	213	-365	-2.310
Aumento (Redução) em passivos operacionais					
Depósitos a Vista		41.266	20.050	77.862	27.931
Depósitos sob Aviso		5	-7	7	8
Depósitos a Prazo		46.112	7.591	83.398	30.291
Relações Interdependências		4.793	2.843	1.938	-50
Relações Interfinanceiras		11.971	14.159	5.151	15.051
Obrigações por Empréstimos e Repasses		14.770	-22	14.770	-48
Outras Obrigações		829	1.362	595	1.972
FATES Sobras Exercício		-730	-611	-730	-611
IRPJ e CSLL pagos		-510	-463	-1.046	-957
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Atividades Operacionais		46.214	-21.695	77.662	1.077
Atividades de Investimentos					
Aquisição de Intangível			-5	-26	-42
Aquisição de Imobilizado de Uso		-1.373	-4.371	-4.192	-7.863
Aquisição de investimentos			-2.002	-1.397	-2.607
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos		-1.373	-6.378	-5.616	-10.512
Atividades de Financiamentos					
Aumento por novos aportes de Capital		2.235	2.169	3.985	4.997
Devolução de Capital à Cooperados		-2.734	-2.329	-4.608	-4.317
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar					-88
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos		-500	-159	-623	592
Aumento / Redução Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		44.341	-28.233	71.423	-8.843
Modificações em de Caixa e Equivalentes de Caixa Líquidas					
Caixa e Equivalentes de Caixa No Início do Período		175.324	176.474	148.242	157.085
Caixa e Equivalentes de Caixa No Fim do Período		219.664	148.242	219.664	148.242
Varição Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa		44.341	-28.233	71.423	-8.843

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADO ABRANGENTE PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIO FINDO EM
31 DE DEZEMBRO DE 2020 E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019**
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

DRA	Notas	2o Sem. 2020	2o Sem. 2019	31/12/2020	31/12/2019
Sobras/Perdas Líquidas		8.748	6.364	14.597	12.220
Outros resultados abrangentes		-	-	-	-
Total do resultado abrangente		8.748	6.364	14.597	12.220

As Notas Explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E 2019

(Em Milhares de Reais)

1. Contexto Operacional

A **COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO OESTE MINEIRO LTDA. - SICOOB CREDICOPA - SICOOB CREDICOPA**, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 19/11/1993, filiada à **CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE – SICOOB CENTRAL CECREMGE** e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O **SICOOB CREDICOPA**, sediada à Rua Desembargador Frederico, 37, Bairro Centro em Patos de Minas/MG, possui 9 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: **PATROCÍNIO - MG, UBERLÂNDIA - MG, UBERLÂNDIA - MG, UBERABA - MG, SÃO GOTARDO - MG, IBIÁ - MG, CARMO DO PARANAÍBA - MG.**

O **SICOOB CREDICOPA** tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

- (i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;
- (ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e
- (iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 1º de fevereiro de 2021.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

2.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a) Mudanças em vigor

O Banco Central emitiu a resolução 4.720 de 30 de maio de 2019, Resolução CMN nº 4.818 de 29 de maio de 2020, Circular 3.959 de 4 de setembro de 2019 e Resolução nº2, de 12 de agosto de 2020, as quais

apresentam as premissas para elaboração das demonstrações financeiras obrigatórias e os procedimentos mínimos que devem ser levados na elaboração das demonstrações financeiras em 2020.

As principais alterações em decorrência destes normativos: i) no Balanço Patrimonial estão na disposição das contas que foram baseadas na liquidez e na exigibilidade; ii) na Demonstração de Sobras ou Perdas a alteração consiste na apresentação de todos os grupos contábeis relevantes para compreensão do seu desempenho no período; iii) divulgação da Demonstração do Resultado Abrangente – DRA; e iv) os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o final do exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações estão comparadas com os mesmos períodos do exercício anterior.

b) Mudanças a serem aplicadas em períodos futuros

Apresentamos abaixo um resumo sobre as novas normas que foram recentemente emitidas pelos órgãos reguladores, ainda a serem adotadas pela Cooperativa:

A **Resolução CMN 4.817, de 29 de maio de 2020**, entra em vigor em 1º de janeiro de 2022 e estabelece os critérios para mensuração e reconhecimento contábeis, pelas instituições financeiras, de investimentos em coligadas, controladas e controladas em conjunto, no Brasil e no exterior, inclusive operações de aquisição de participações, no caso de investidas no exterior, estabelece critérios de variação cambial; avaliação pelo método da equivalência patrimonial; investimentos mantidos para venda; e operações de incorporação, fusão e cisão.

A Cooperativa iniciou a avaliação dos impactos da adoção dos novos normativos. Eventuais impactos decorrentes da conclusão da avaliação serão considerados até a data de vigência de cada normativo.

2.2 Continuidade dos Negócios e efeitos da pandemia de COVID-19 “Novo Coronavírus” (Se aplicável)

A Administração avaliou a capacidade de a Cooperativa continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos suficientes para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Mesmo com ineditismo da situação, tendo em vista a experiência da Cooperativa no gerenciamento e monitoramento de riscos, capital e liquidez, com auxílio das estruturas centralizadas do Sicoob, bem como as informações existentes no momento dessa avaliação, não foram identificados indícios de quaisquer eventos que possam interromper suas operações em um futuro previsível.

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO OESTE MINEIRO LTDA. - SICOOB CREDICOPA junto a seus associados, colaboradores e a comunidade estamos fazendo nossa parte para evitar a propagação do Novo Coronavírus, seguindo as recomendações e orientações do Ministério da Saúde, e adotando alternativas que auxiliam no cumprimento da nossa missão, liberou recursos nas linhas PRONAMPE, FGI PEAC, além de oferecer linha própria em parceria com a Garantiparanaíba. Em relação às operações em curso, realizou prorrogações e repactuações para garantir ao Cooperado condições para adequar seu fluxo de caixa frente à situação.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são proporcionalizados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Composto pelas disponibilidades, pela Centralização Financeira mantida na Central e por aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites e, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias a contar da data de aquisição.

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Representam operações a preços fixos referentes às compras de títulos com compromisso de revenda e aplicações em depósitos interfinanceiros e estão demonstradas pelo valor de resgate, líquidas dos rendimentos a apropriar correspondentes a períodos futuros.

e) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério "*pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

f) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

g) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

h) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do **SICOOB CENTRAL CECREMGE** e ações do Bancoob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

i) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

j) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

k) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

l) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*“pro rata temporis”*), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

m) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

n) Demais ativos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço.

o) Demais passivos

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

p) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

q) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

r) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

s) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro tem incidência sobre os atos não cooperativos, situação prevista no caput do Art. 194 do Decreto 9.580/2018 (RIR2018). Entretanto, o resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação, sendo essa expressamente prevista no caput do art. 193 do mesmo Decreto.

t) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

u) Valor recuperável de ativos – *impairment*

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "*impairment*", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de dezembro de 2020 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

v) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2020.

4. Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e depósitos bancários	3.461	3.620
Relações interfinanceiras - centralização financeira (a)	216.203	144.621
TOTAL	219.664	148.242

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da cooperativa, depositadas junto ao Sicoob Central Cecremge, cujos rendimentos auferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2019 foram de R\$ 4.555 e R\$ 10.000, respectivamente, com taxa média de 101% do CDI nos respectivos períodos.

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Descrição	31/12/2020			31/12/2019
	Circulante	Não Circulante	Total	
Empréstimos e Títulos Descontados	133.981	204.989	338.970	233.938
Financiamentos	5.142	5.800	10.942	9.308
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	38.237	9.395	47.631	30.662
Total de Operações de Crédito	177.360	220.183	397.543	273.908
(-) Provisões para Operações de Crédito	-9.217	-5.403	-14.620	-13.960
TOTAL	168.143	214.780	382.923	259.948

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Empréstimo / TD	Financiamentos	Financiamentos Rurais	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
AA	-	Normal	55.103	35	14.235	69.372		41.457	
A	0,5%	Normal	114.771	3.888	9.706	128.365	-642	73.570	-368
B	1%	Normal	93.680	3.154	20.376	117.210	-1.172	75.389	-754
B	1%	Vencidas	343	0	0	343	-3	67	-1
C	3%	Normal	50.453	3.218	0	53.672	-1.610	57.630	-1.729
C	3%	Vencidas	276	0	0	276	-8	762	-23
D	10%	Normal	9.447	344	0	9.791	-979	9.784	-978
D	10%	Vencidas	2.406	0	0	2.406	-241	259	-26
E	30%	Normal	2.647	30	0	2.677	-803	2.456	-737
E	30%	Vencidas	284	0	0	284	-85	223	-67
F	50%	Normal	3.987	0	0	3.987	-1.993	4.991	-2.496
F	50%	Vencidas	294	41	0	336	-168	746	-373
G	70%	Normal	209	0	0	209	-147	390	-273
G	70%	Vencidas	2.811	29	3.315	6.155	-4.309	154	-108
H	100%	Normal	647	8	0	655	-655	5.145	-5.145
H	100%	Vencidas	1.611	195	0	1.805	-1.805	883	-883
Total Normal			330.944	10.676	44.316	385.937	-8.001	270.813	-12.480
Total Vencidos			8.026	265	3.315	11.606	-6.619	3.095	-1.480
Total Geral			338.970	10.942	47.631	397.543	-14.620	273.908	-13.960
Provisões			-11.613	-435	-2.573	-14.620		-13.960	
Total Líquido			327.357	10.507	45.058	382.923		259.948	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Tipo	Até 90	De 91 a 360	Acima de 360	Total
Empréstimos e Títulos Descontados	58.393	75.588	204.989	338.970
Financiamentos	1.185	3.957	5.800	10.942
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	3.634	34.602	9.395	47.631
TOTAL	63.213	114.148	220.183	397.543

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Empréstimos/TD	Financiamento	Financiamento Rurais	31/12/2020	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	111.523	2.378	12.261	126.163	32%
Setor Privado - Indústria	49.862	2.123	0	51.985	13%
Setor Privado - Serviços	87.598	2.571	0	90.169	23%
Pessoa Física	84.521	3.833	35.370	123.723	31%
Outros	5.466	37	0	5.503	1%
TOTAL	338.970	10.942	47.631	397.543	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	13.960	9.475
Constituições	19.082	25.217
Reversões	(16.943)	(18.055)
Transferência para prejuízo	(1.479)	(2.677)
TOTAL	14.620	13.960

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Devedor	12.261	3,00%	12.234	4,00%
10 Maiores Devedores	77.088	19,00%	55.456	20,00%
50 Maiores Devedores	165.375	42,00%	118.744	43,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Saldo inicial	16.882	18.658
Valor das operações transferidas no período	1.622	2.783
Valor das operações recuperadas no período	(1.564)	(3.907)
Operações transferidas para prejuízo a mais de 60 meses	(1.296)	(652)
Desconto concedido em operações transferidas no período	(11)	-
TOTAL	15.633	16.882

h) Operações renegociadas:

Em 31/12/2020 as operações de crédito renegociadas pela cooperativa apresentavam um montante total de R\$ 27.070 mil, compreendendo as composições de dívidas, prorrogações, novações de créditos e as concessões de novas operações de crédito para liquidação parcial ou total de operações anteriores.

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas à Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Avais e Fianças Honrados (a)	50	0	143	0
Rendas a Receber				
Serviços prestados a receber (b)	146	0	149	0
Outras rendas a receber	35	0	17	0
Rendimentos Centralização Financeira - Central (c)	372	0	585	0
Diversos				
Adiantamentos e antecipações salariais	20	0	0	0
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	10	0	1	0
Devedores por compra de valores e bens	31	0	62	0
Devedores por depósitos em garantia (d)	0	976	0	966
Títulos e créditos a receber	3	0	53	0
Devedores diversos - país	55	0	90	0
(-) Provisões para outros créditos				
(-) Com características de concessão de crédito (e)	-47	-16	-109	-31
TOTAL	675	960	990	935

(a) O saldo de Avais e Fianças Honrados refere-se por operações oriundas de cartões de crédito vencidos de associados da cooperativa cedidos pelo Bancoob, em virtude de coobrigação contratual.

(b) Saldo de serviços prestados a receber está composto substancialmente por rendas a receber de serviços de cartão de crédito (R\$ 106 Mil) e rendas de serviços de convênios a receber (R\$ 30 Mil).

(c) Refere-se à remuneração mensal da centralização financeira a receber da SICOOB CENTRAL CECREMGE referente ao mês de dezembro/2020.

(d) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 943 Mil) e IPVA Caução de veículos (R\$ 33 Mil).

(e) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação			Avais e Fianças Honrados	Devedores por Compra de Valores e Bens	Total em 31/12/2020	Provisões 31/12/2020	Total em 31/12/2019	Provisões 31/12/2019
E	30%	Vencidas	0	0	0	0	26	-8
F	50%	Normal	0	31	31	-16	62	-31
F	50%	Vencidas	4	0	4	-2	26	-13
G	70%	Vencidas	3	0	3	-2	8	-5
H	100%	Vencidas	43	0	43	-43	83	-83
Total Normal			0	31	31	-16	62	-31
Total Vencidos			50	0	50	-47	143	-109
Total Geral			50	31	81	-63	205	-140
Provisões			-47	-16	-63		-140	
Total Líquido			3	16	18		65	

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bens Não de Uso Próprio (a)	7.359	0	6.997	0
Material em Estoque	28	0	29	0
Despesas Antecipadas (b)	216	0	211	0
TOTAL	7.602	0	7.237	0

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos após a execução da garantia de dívidas vencidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, assinatura de periódicos, processamento de dados, vale alimentação, vale transporte e outros.

8. Investimentos

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os investimentos estão assim compostos:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Participação em Cooperativa Central De Crédito	11.213	9.872
Partic. Em Inst. Financ. Controlada Por Coop. Crédito	793	738
TOTAL	12.007	10.609

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	Taxa Depreciação	31/12/2020	31/12/2019
Imobilizado em Curso (a)		2.168	14.231
Instalações	10%	1.211	409
(-) Depreciação Acumulada de Instalações		-219	-121
Móveis e equipamentos de Uso	10%	2.582	1.053
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso		-461	-513
Sistema de Comunicação	20%	155	63
Sistema de Processamento de Dados	20%	2.931	2.182
Sistema de Segurança	10%	387	248
Sistema de Transporte	20%	312	312
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso		-1891	-1.219
Terrenos		1.669	0
Edificações	4%	11.154	0
(-) Depreciação Acum. de Edificações		-362	0
TOTAL		19.636	16.646

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2020	Taxa média (% a.m.)	31/12/2019	Taxa média (% a.m.)
Depósito à Vista	170.785		92.922	
Depósito Sob Aviso	637	0	630	0
Depósito a Prazo	279.492	0	196.094	0
TOTAL	450.913		289.646	

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2020	% Carteira Total	31/12/2019	% Carteira Total
Maior Depositante	12.042	3,00%	5.806	2,00%
10 Maiores Depositantes	70.536	16,00%	35.439	12,00%
50 Maiores Depositantes	139.892	31,00%	83.704	29,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-6	-17	-18	-37
Despesas de Depósitos a Prazo	-2.499	-6.085	-5.361	-10.539
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-322	-563	-213	-400
TOTAL	-2.827	-6.665	-5.593	-10.977

11. Relações interfinanceiras e Obrigações por empréstimos

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Recursos do Bancoob	31.717	4.610	30.315	609
(-) Despesa a apropriar Bancoob	-1.036	-674	-1.298	-159
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	14.770	-	-
TOTAL	30.681	18.706	29.017	450

As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2020 o montante de R\$ 1.925 mil com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

12. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Ordens de Pagamento (a)	4.807	0	2.868	0
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	15	0	15	0
TOTAL	4.822	0	2.883	0

a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros. Esses valores eram contabilizados no grupo de credores diversos e foram reclassificados, para melhor adequação contábil.

13. Outras Obrigações

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados	9	0	170	0
Sociais e Estatutárias	4.481	0	3.718	0
Fiscais e Previdenciárias	925	0	771	0
Diversas	4.455	4.318	4.083	3.010
TOTAL	9.870	4.318	8.741	3.010

13.1 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Provisão para Participações nos Lucros	265	0	357	0
Resultado de Atos com Associados (a)	1.222	0	1.045	0
Resultado de Atos com não associados	499	0	499	0
Gratificações e Participações a Pagar	3	0	0	0
Cotas de Capital a Pagar (b)	2.493	0	1.817	0
TOTAL	4.481	0	3.718	0

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

13.2 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Impostos e Contribuições sobre Lucros a Pagar	349	0	226	0
Impostos e Contribuições s/ Serviços de Terceiros	29	0	25	0
Impostos e Contribuições sobre Salários	420	0	398	0
Outros	126	0	121	0
TOTAL	925	0	771	0

13.3 Diversas

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Cheques Administrativos	0	0	3	0
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	82	0	501	0
Obrigações de Pagamento em nome de Terceiros	411	0	361	0
Provisão para Pagamentos a Efetuar (a)	2.450	0	1.810	0
Provisão para Passivos Contingentes	0	943	0	1.284
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	217	3.375	207	1.725
Credores Diversos – País (c)	1.295	0	1.201	0
TOTAL	4.455	4.318	4.083	3.010

(a) Referem-se à provisão para pagamento de despesas com despesas de pessoal (R\$ 1.402 Mil), despesas administrativas (R\$ 450 Mil) e outros pagamentos (R\$ 598 Mil).

(b) Refere-se à contabilização, a partir de janeiro de 2018, da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de dezembro de 2020, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 23.729 mil (R\$ 22.287 mil em 31/12/2019), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

(c) Referem-se aos saldos de diferença de caixa (R\$ 1 Mil), pendências a regularizar Bancoob (R\$ 369 Mil), créditos de terceiros (R\$ 195 Mil), Fundo Garantidor de Crédito (R\$ 56 Mil), cooperativa central (R\$ 19 Mil), saldos credores – encerramento C/C (R\$ 23 Mil), cheques depositados (R\$ 302 Mil), credores diversos – liquidação cobrança (R\$ 328 Mil), devolução de saldo credor – cartões (R\$ 2 Mil).

14. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDICOPA opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a cooperativa não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

15. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Em 2020, a cooperativa aumentou seu capital social no montante de R\$ 1.618 Mil com recursos provenientes do SICOOB Cotas Partes.

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Capital Social	62.039	62.663
Associados	12.721	11.963

b) Fundo de Reserva

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual 70%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades.

c) Reserva de Expansão

Seu valor é definido em Assembleia Geral Ordinária, está representada pela destinação de parte do resultado desde o ano de 2012 para construção da sede própria do Sicoob Credicopa, bem como, para a reforma e a abertura de pontos de atendimento.

d) Ajustes de Exercícios Anteriores

No ano de 2020, foi verificado um erro no cálculo de contribuição social referente o ano de 2019. Os cálculos foram refeitos e o valor recolhido a maior foi compensado.

e) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

OBS: Não foi informado neste ítem o seguinte item:

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 27/07/2020, os cooperados deliberaram pela destinação de R\$ 5.000 mil para reserva de expansão e R\$ 3.808 mil foram destinados ao fundo de reserva com a sobra do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, no valor de R\$ 8.808 mil.

f) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobra líquida do exercício	14.597	12.220
Lucro líquido decorrente de atos não-cooperativos apropriado ao FATES	-	-
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	14.597	12.220
Destinações estatutárias	(10.948)	(7.943)
Reserva legal - 70% em 2020/60% em 2019	(10.218)	(7.332)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(730)	(611)
Reversão de Reserva de Expansão	3.382	4.531
Ajuste de Exercícios Anteriores	47	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	7.079	8.808

16. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Sobras do Exercício (desconsiderando IRPJ/CSLL)	15.644	13.177
Resultado de Atos com Associados	(13.055)	(11.222)
IRPJ/CSLL	(1.406)	(957)
Outras Deduções (conforme Res. 129/16 e Res. 145/16)	(1.810)	(1.609)
Resultado de Atos com Não Associados conf. Art. 87 da Lei 5.764/71	(267)	(611)

17. Receitas de operações de crédito

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas De Adiantamentos A Depositantes	143	284	157	290
Rendas De Empréstimos	11.282	23.525	12.184	22.659
Rendas De Direitos Creditórios Descontados	1.924	4.876	3.403	6.572
Rendas De Financiamentos	486	1.127	608	1.061
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	439	554	122	348
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	549	1.154	176	307
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	345	473	266	681
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	0	217	234	234
Rendas De Financiamentos Rurais - Aplicações Com Recursos	64	152	185	411
Recuperação De Créditos Baixados Como Prejuízo	780	1.621	608	3.927
TOTAL	16.011	33.983	17.941	36.489

18. Despesas de intermediação financeira

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas De Captação	-2.827	-6.666	-5.594	-10.977
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-864	-1.925	-707	-1.248
Provisões para Créditos de Liquidação Duvidosa	-474	-2.205	-1.512	-7.295
TOTAL	-4.165	-10.796	-7.811	-19.520

19. Receitas de prestação de serviços

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Cobrança	1.317	2.462	1.205	2.287
Rendas de outros serviços - Atos cooperativos	76	168	-	-
Rendas de outros serviços - Atos não cooperativos	1.693	3.387	1.436	2.606
TOTAL	3.087	6.018	2.641	4.893

20. Rendas de tarifas bancárias

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Rendas de Serviços Prioritários - PF	245	455	208	386
Rendas de Serviços Diferenciados - PF	57	112	54	120
Rendas de Tarifas Bancárias - PJ	2.229	3.349	1.258	2.387
TOTAL	2.531	3.915	1.520	2.893

21. Despesas de pessoal

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Honorários - Conselho Fiscal	-38	-76	-37	-74
Despesas de Honorários - Diretoria e Conselho de Administração	-656	-1.307	-644	-1.272
Despesas de Pessoal - Benefícios	-703	-1.422	-665	-1.319
Despesas de Pessoal - Encargos Sociais	-1.269	-2.447	-1.140	-2.256
Despesas de Pessoal - Proventos	-3.139	-6.179	-3	-5.637
Despesas de Pessoal - Treinamento	-6	-11	-5	-11
Despesas de Remuneração de Estagiários	-1	-6	-10	-25
TOTAL	-5.813	-11.448	-5.347	-10.594

22. Outros dispêndios administrativos

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Despesas de Água, Energia e Gás	-171	-339	-132	-245
Despesas de Aluguéis	-377	-751	-358	-696
Despesas de Comunicações	-252	-512	-228	-448
Despesas de Contribuições Filantrópicas	-2	-4	-2	-4
Despesas de Manutenção e Conservação de Bens	-118	-544	-122	-391
Despesas de Material	-57	-128	-42	-95
Despesas de Processamento de Dados	-748	-1.602	-754	-1.401
Despesas de Promoções e Relações Públicas	-80	-109	-115	-218
Despesas de Propaganda e Publicidade	-171	-323	-152	-373
Despesas de Publicações	-12	-26	-2	-18
Despesas de Seguros	-96	-199	-93	-166
Despesas de Serviços do Sistema Financeiro	-1.133	-2.240	-1.196	-2.509
Despesas de Serviços de Terceiros	-310	-563	-234	-436
Despesas de Serviços de Vigilância e Segurança	-335	-622	-288	-572
Despesas de Serviços Técnicos Especializados	-150	-346	-203	-372
Despesas de Transporte	-165	-305	-136	-291
Despesas de Viagem no País	-36	-70	-38	-91
Despesas de Amortização	-13	-32	-20	-44
Despesas de Depreciação	-684	-1.202	-251	-484
Outras Despesas Administrativas	-208	-394	-238	-396
Emolumentos judiciais e cartorários	-78	-117	-42	-77
Rateio de despesas da Central	-113	-237	-119	-237
Rateio de despesa do Sicoob conf.	-75	-165	-79	-145
TOTAL	-5.383	-10.830	-4.843	-9.709

23. Outras receitas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Recuperação de Encargos e Despesas	166	240	84	161
Outras - Reversão de Provisões Operacionais	570	775	166	266
Dividendos	0	56	0	100
Deduções e abatimentos	0	0	1	1
Distribuição de sobras da central	0	121	0	166
Atualização depósitos judiciais	3	9	10	20
Rendas de repasses Del Credere	230	273	71	274
Outras rendas operacionais	568	600	0	14
Rendas oriundas de cartões de crédito	885	1.996	1.051	2.229
TOTAL	2.424	4.071	1.383	3.232

24. Outras despesas operacionais

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Outras - Despesas de Provisões Operacionais	-3	-9	-9	-19
Operações de Crédito - Despesas de Descontos Concedidos em Renegociações	-5	-5		
Outras Despesas Operacionais	-51	-129	-379	-751
Descontos concedidos - operações de crédito			-4	-9
Cancelamento - tarifas pendentes	-5	-9	-4	-5
TOTAL	-65	-152	-397	-783

25. Resultado não operacional

Descrição	2º sem/20	31/12/2020	2º sem/19	31/12/2019
Lucro em Transações com Valores de Bens	6	6	64	145
Ganhos de Capital	4	7	3	9
Ganhos de Aluguéis	8	8	0	0
Reversão de Provisões não Operacionais	0	340	0	0
(-) Perdas de Capital	-7	-9	-4	-5
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	0	0	-340	-340
Resultado Líquido	10	352	-277	-191

26. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de 2020:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	6.009	0,7569%	26
TOTAL	6.009	0,7569%	26
Montante das Operações Passivas	2.203	0,5838%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 2020:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Cheque Especial	69	1	1,8442%
Conta Garantida	33	0	0,3453%
Empréstimos	3.447	15	1,1314%
Financiamentos Rurais	90	0	0,4277%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa Média - %
Depósitos a Vista	1.858	1,0922%	0%
Depósitos a Prazo	4.240	1,5135%	0,1607%

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das Operações Ativas e Passivas	Taxas Média Aplicadas em Relação às Partes Relacionadas a.m.	Prazo médio (a.m)
Direitos Creditórios Descontados	1,6060%	2,7176%
Empréstimos	0,6728%	29,2737%
Financiamentos Rurais - repasses	1,5900%	36,5333%
Aplicação Financeira - Pós Fixada	96,5196%	166,6445%

(*) Conforme Política de Crédito do Sistema Sicoob, as operações realizadas com membros de órgãos estatutários e pessoas ligadas a estes são aprovadas em âmbito do conselho da administração ou, quando delegada formalmente, pela diretoria executiva, bem como são alvo de acompanhamento especial pela administração da cooperativa. As taxas aplicadas seguem o normativo vigente à época da concessão da operação.

PERCENTUAL EM RELAÇÃO À CARTEIRA GERAL MOVIMENTAÇÃO NO EXERCÍCIO DE 2020	
Empréstimos e Financiamentos	0,8182%
Títulos Descontados e Cheques Descontados	0,0747%
Aplicações Financeiras	0,5838%

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Conta Corrente	647
Direitos Creditórios Descontados	430
Empréstimos e Financiamentos	7.729

d) As coobrigações prestadas pela Cooperativa a partes relacionadas foram as seguintes:

Submodalidade Bacen	31/12/2020	31/12/2019
Beneficiário de outras Coobrigações	128	129

e) O Capital Social apresentado pela Cooperativa a partes relacionadas foi:

31/12/2020	31/12/2019
710	720

27. Cooperativa Central

A COOPERATIVA DE CRÉDITO DE LIVRE ADMISSÃO DO OESTE MINEIRO LTDA. - SICOOB CREDICOPA - SICOOB CREDICOPA, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à CCE CRÉD EST MG LTDA. SICOOB CENTRAL CECREMGE - SICOOB CENTRAL CECREMGE, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O SICOOB CENTRAL CECREMGE, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente,

através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL CECREMGE** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDICOPA** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL CECREMGE** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL CECREMGE**:

Descrição	31/12/2020	31/12/2019
Ativo Circulante – Caixa e Equivalente de Caixa - Centralização Financeira (nota 4)	216.203	144.621
Ativo Permanente - Investimentos (nota 8)	11.213	9.872

28. Gerenciamento de Risco

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

28.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, documentação e armazenamento de informações de perdas operacionais e de recuperação de perdas operacionais, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Acordo de Basileia II, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

28.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as

decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

- a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;
- b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;
- c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;
- d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;
- e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;
- f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;
- g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

28.3 Gerenciamento de Capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

28.4 Risco de Crédito e Risco Socioambiental

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito e socioambiental para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

28.5 Gestão de Continuidade de Negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios (PCN) contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Visando garantir sua efetividade, são realizados anualmente testes nos Planos de Continuidade de Negócios (PCN).

29. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

30. Índice de Basileia

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades.

Em 31/12/2020, o Patrimônio de Referência (PR) do SICOOB CREDICOPA estava em conformidade.

31. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2020		31/12/2019	
	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais	Provisão para Demandas Judiciais	Depósitos Judiciais
COFINS (a)	943	943	934	935
Trabalhistas	-	-	350	-
Outros (b)	-	32	-	31
TOTAL	943	975	1.284	966

a) COFINS: Quando do advento da Lei nº 9.718/98, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do COFINS. Conseqüentemente, registrou as correspondentes obrigações referentes ao período de março de 1999 a julho de 2004, sendo que os valores equivalentes foram depositados em juízo e estão contabilizados na rubrica Depósitos em Garantia.

b) Outros depósitos judiciais: Depósito em juízo referente caução de IPVA efetuado em virtude de alienação de veículo para o Sicoob Credicopa.

Segundo a assessoria jurídica do SICOOB CREDICOPA existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 140 mil.

Patos de Minas, 01 de fevereiro de 2021.

Marcus Augusto Machado Martins
Diretor Administrativo

Helvécio Barboza Coelho
Diretor Financeiro

Dayane Ribeiro Souza
Contadora – CRC nº MG 106422/O-0

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os abaixo-assinados, membros do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Oeste Mineiro Ltda – SICOOB CREDICOPA, reunidos especialmente para dar Parecer sobre as Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2020, declaram para os devidos fins, que examinaram e confirmaram as contas, inspecionaram os livros atinentes através do processo de amostragem, constatando estarem devidamente corretos e em ordem.

Assim, este Conselho Fiscal aprova por unanimidade as demonstrações contábeis apresentadas pela Diretoria referente ao período supra-citado.

Patos de Minas, 03 de Fevereiro de 2021.

Flávio de Paula Matias
Coordenador do Conselho Fiscal

Cícero Cambraia de Sousa Maia
Conselheiro Fiscal

Daniel Freitas Resende
Conselheiro Fiscal

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da
Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Oeste Mineiro Ltda - Sicoob Credicopa

Patos de Minas - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Oeste Mineiro Ltda - Sicoob Credicopa**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Oeste Mineiro Ltda - Sicoob Credicopa**, em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.

Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Belo Horizonte - MG, 3 de fevereiro de 2021.

Luciano Gomes dos Santos

CRC RS 59.628

CNAI 3087